

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

Estudo Técnico Preliminar 92/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08200.001713/2025-11

2. Descrição da necessidade

2.1. Trata-se de solicitação de contratação de postos de serviço para apoio à Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal, incluindo as funções de jornalista, designer gráfico, social mídia, cinegrafista, editor de mídia e revisor de texto, conforme Documento de Formalização de Demanda 39148018, constante nos autos do processo SEI 08200.001713/2025-11.

2.2. Inicialmente, destaca-se que compete à Coordenação-Geral de Comunicação Social diversas atividades inerentes ao contato com imprensa, divulgação de assuntos afetos à PF, produção de clipping, expedição de notas e releases, entre outros, conforme definido pela Instrução Normativa 13 /2008-DG/PF.

2.3. Tendo em vista que o contexto atual apresenta um aumento significativo na demanda por serviços especializados em comunicação e divulgação, em virtude da transformação digital e da crescente importância das redes sociais e plataformas online para a disseminação de informações, assegurando que as ações de comunicação institucional sejam realizadas com qualidade, tempestividade e alinhadas às exigências de transparência e acesso à informação da sociedade.

2.4. Ademais, considerando que o presente processo visa a contratação de profissionais que não fazem parte dos quadros permanentes da Polícia Federal, esses profissionais desempenharão atividades que auxiliarão a equipe da CGCS/PF no cumprimento de suas atribuições, garantindo suporte qualificado para a produção de conteúdos informativos, cobertura de eventos, elaboração de materiais gráficos e audiovisuais, gerenciamento estratégico de redes sociais e revisão técnica de textos.

2.5. Os serviços pretendidos atendem ao disposto no Decreto nº 9.507/2018:

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado."

2.6. A contratação destes serviços visa suprir a necessidade das atividades auxiliares, instrumentais e acessórias, não se confundindo com as previsões das leis 8.112/90 e 8.745/93, de forma a dar suporte aos servidores lotados na Coordenação-Geral de Comunicação Social, para que estes foquem em serviços que envolvam tomada de decisões nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão, controle e os considerados estratégicos.

2.7. A Lei 14.133/2021, em seu art. 48, prevê a possibilidade de execução de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão:

Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

Parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Art. 49. A Administração poderá, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, desde que essa contratação não implique perda de economia de escala, quando:

I - o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado; e

II - a múltipla execução for conveniente para atender à Administração.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no **caput** deste artigo, a Administração deverá manter o controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada um dos contratados.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CGCS/PF	Marina Dutra de Oliveira
SECOI/CGCS/PF	Márcio Alves de Oliveira Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os serviços a serem prestados na CGCS/PF serão contratados com base em postos de serviço, estabelecendo-se o custo por posto, observadas as peculiaridades de cada, em consonância com o Anexo V, item 2.6, alíneas "d" e "d.1" da IN SEGES/MPDG nº 5/2017:

"2.6. Modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento:

(...)

d) Definir a forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, conforme as seguintes diretrizes, na que couber:

d.1. estabelecer a unidade de medida adequada para o tipo de serviço a ser contratado, de forma que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada e elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, observando que:

d.1.1. excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por quantidade de horas de serviço, devendo ser definido o método de cálculo para quantidade, qualificação da mão de obra e tipos de serviços sob demanda, bem como para manutenção preventiva, se for o caso;

d.1.2. excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação;

d.1.3. na adoção da unidade de medida por postos de trabalho ou horas de serviço, admite-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

(...)"

4.2. A prestação de serviço ocorrerá da seguinte forma: cada posto, no caso de jornalistas, representa um profissional para desempenhar funções com jornada de 7 horas diárias e 35 horas semanais, o máximo permitido pela legislação que rege a profissão.

4.2.1. Os jornalistas contratados cumprirão a jornada autorizada pela legislação, correspondente a 5 horas diárias, com acréscimo legal de 2 horas, compondo as 7 horas diárias, o que deverá constar em seus contratos de trabalho, na forma da Lei, sem possibilidade de redução de jornada. A remuneração prevista neste Estudo Técnico Preliminar já compreende o pagamento da jornada estendida de 35 horas semanais, fundamentada na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2027 - número de registro no MTE DF000390/2025.

4.3. Os demais cargos contratados cumprirão a jornada autorizada pela legislação, de acordo com a Convenção Coletiva (DF000091/2025) do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão no Distrito Federal, a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho, o que deverá constar em seus contratos de trabalho, na forma da Lei, sem possibilidade de redução de jornada. A remuneração prevista neste Estudo Técnico Preliminar compreende o pagamento da jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

4.4. Todas as contratações devem considerar a adoção do Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho firmada pelas categorias patronal e laboral do Distrito Federal.

4.4.1. Caso a CCT ou Acordo Coletivo preveja jornada de trabalho diferente do estipulado neste estudo, prevalecerá o definido na CCT ou Acordo Coletivo.

4.5. Os profissionais serão alocados para prestação de serviço em horário pré definido, compreendido entre 7 horas e 22 horas, de segunda a sexta-feira, respeitada a jornada diária máxima prevista para o cargo.

4.6. Para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e Convenções Coletivas de Trabalho pertinentes.

4.7. Conforme pesquisa realizada no site www.salario.com.br, os profissionais deverão comprovar tempo mínimo de experiência para o nível de complexidade exigido ao desempenho da atividade.

4.7.1. Para o nível PLENO, o profissional deverá comprovar experiência mínima de 3 (três) anos.

4.8. A experiência dos profissionais deverá ser comprovada mediante apresentação de portfólio e/ou informações da CTPS ou documento equivalente, ou ainda declaração acompanhada de documento comprobatório, emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, após a assinatura de contrato.

4.9. A contratada deverá manter preposto na cidade de Brasília/DF, garantindo que este realize ao menos 1 (uma) visita mensal às instalações da CGSC /PF durante a vigência do contrato, com o objetivo de gerir as demandas relativas aos funcionários ocupantes dos postos de serviço.

4.10. A contratação deverá prever a prestação de todos os serviços com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva.

4.11. Os funcionários da contratada ficarão à disposição da CGCS/PF, em suas instalações, para prestação dos serviços contratados.

4.12. A contratada possibilitará a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos postos contratados.

4.13. Será firmado entre a PF e a contratada o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados.

4.14. A fiscalização da execução dos serviços abrangerá todos os procedimentos definidos no Termo de Referência, IMR e Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento integral, sem prejuízo de sanções administrativas cabíveis.

4.15. Além dos salários, impostos e benefícios trabalhistas obrigatórios previstos em Lei, a empresa vencedora do certame deverá conceder os benefícios constantes da CCT ou legislação complementar.

4.16. A contratada deverá efetuar a contratação de profissionais na forma prevista na legislação e regras editalícias.

4.17. A duração do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.18. A empresa contratada deverá comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público e privado.

4.18.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.18.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois a situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnica, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.18.3. Deverá haver comprovação de experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme alínea "c" do subitem 10.6 e subitem 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017:

"10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:

(...)

c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:

c.1. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que

tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;
c.2. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

(...)

10.7. No caso de contratação de serviços por postos de trabalho (alínea “c” do subitem 10.6), será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos.

10.7.1. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o subitem 10.7 acima, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos."

4.19. A empresa contratada deverá prever depósitos em conta vinculada, conforme alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

4.20. A empresa deverá manter atualizada e disponível, para a gestão e fiscalização do contrato, a documentação dos colaboradores que prestarem serviços à CGCS/PF.

6.12. Após a assinatura do contrato, a Contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para enviar o currículo dos candidatos aos postos para avaliação e aprovação. Após, a empresa terá 05 (cinco) dias úteis para iniciar os procedimentos de contratação do empregado.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A economicidade da contratação com cessão de mão de obra com dedicação exclusiva para a administração pública é evidente quando analisamos as demandas da Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal, haja vista os trabalhos inerentes ao setor que exigem conhecimentos técnicos de profissionais, e a contratação dos serviços por demanda resulta mais onerosa.

5.2. Quanto à fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos nas Convenções Coletivas, o TCU manifesta-se pela possibilidade, desde que preenchidos dois requisitos: justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média, e realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador, conforme Acórdão TCU 2101/2020-Plenário.

5.3. A opção estratégica de oferecer remunerações acima dos pisos salariais estabelecidos para as categorias nas Convenções Coletivas de Trabalho se deve a alguns fatores:

5.3.1. Os profissionais a serem contratados necessitarão de mais tempo de experiência no mercado de trabalho do que os iniciantes, recém formados.

5.3.2. Esses profissionais desempenharão tarefas que requerem maior qualificação do que a mínima exigida para o pagamento dos pisos salariais.

5.3.3. Os contratados ficarão encarregados de atividades de média e alta complexidade e sensibilidade, dadas as áreas de atuação da Polícia Federal, de forma que suas remunerações não devem corresponder ao valor salarial mínimo para as categorias.

5.3.4. A remuneração restrita ao piso não seria suficiente para que a empresa vencedora do certame contrate e mantenha bons profissionais, com as qualificações técnicas que a Administração Pública necessita.

5.4. Conforme o TCU no Acórdão 1672/2006-Plenário, "a fixação de salário-base em patamar superior ao da CCT é admissível quando comprovada a necessidade de assegurar mão de obra especializada, evitando a descontinuidade dos serviços."

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para a instrução do processo de contratação de mão de obra especializada para a Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal, foi realizada análise comparativa de possíveis soluções para atender às demandas do órgão.

6.2. Solução 1: Não contratar

6.2.1. A opção de não contratar os serviços de apoio ao setor de comunicação social resulta em sobrecarga dos servidores, que precisam assumir tarefas operacionais além de suas atividades específicas, podendo prejudicar o bom andamento das atividades do setor, incluindo a produção de materiais institucionais e a gestão de comunicação interna e externa, podendo, inclusive, comprometer a qualidade e a eficiência das ações de comunicação, essenciais para atender às demandas do órgão, além do risco de atrasos ou falhas na execução de campanhas, eventos e materiais institucionais sensíveis que impactam diretamente a imagem e a eficiência da Polícia Federal.

6.2.2. Conclusão: Essa solução não atende às necessidades do órgão e compromete a eficácia das atividades realizadas na Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal.

6.3. Solução 2: Aderir a uma ata de registro de preços vigente

6.3.1. Embora a adesão a uma ata vigente possa ser uma solução prática e célere, foram realizadas buscas por atas disponíveis que atendessem às especificidades dos postos descritos, porém, não foram identificadas atas compatíveis, seja no âmbito local ou nacional, para atender à demanda com as qualificações e condições exigidas. Ademais, mesmo que houvesse atas disponíveis, seria necessário avaliar se os valores e as condições contratuais atenderiam plenamente às particularidades do órgão e da localidade (Brasília/DF).

6.3.2. Conclusão: Essa solução é inviável no momento, diante da inexistência de atas disponíveis e compatíveis com a necessidade apresentada.

6.4. Solução 3: Realização de Pregão Eletrônico para a Contratação de Postos de Serviço

6.4.1. A realização de pregão eletrônico para a contratação dos profissionais especializados apresenta-se como a melhor solução, já que permite a definição clara de requisitos técnicos e perfis profissionais adequados às demandas da Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal, garantindo maior eficiência. Além disso, os serviços operacionais e técnicos poderão ser executados pelos funcionários terceirizados, liberando os servidores para focar em atividades mais sensíveis e estratégicas.

6.4.2. A contratação de profissionais com dedicação exclusiva e experiência comprovada assegura maior qualidade na execução das tarefas e na entrega dos produtos e serviços do setor, além de o processo de pregão eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, oferecer maior transparência e competitividade, resultando em melhores condições contratuais.

6.4.3. Conclusão: Essa solução atende integralmente às necessidades do órgão, garantindo qualidade, eficiência e conformidade legal.

6.5. A solução abrange a prestação de serviço com vistas ao atendimento das demandas da Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal em Brasília/DF.

6.6. Ademais, considerando a possibilidade da presente licitação ser conduzida na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 3º, inciso III, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, tendo em vista a existência de demanda comum entre a Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal e da Secretaria Nacional de Políticas Penais, obtém-se medida eficiente e economicamente vantajosa, evitando múltiplos procedimentos licitatórios idênticos, além de melhores condições de preços e contratação.

6.7. Pessoas jurídicas que atendem aos requisitos do presente processo estão aptas a prestarem o serviço, considerando tratar-se de serviço comum.

6.8. A Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal, assim como outros órgãos públicos que já efetuaram contratações similares à pretendida, têm entendimento convergente com os recentes posicionamentos do Tribunal de Contas da União, no sentido de caracterizar os serviços de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas como serviço comum, passíveis, portanto, de serem contratadas via pregão eletrônico. Nesse sentido, os Acórdãos nº 1078/2017-TCU Plenário e nº 1467/2017-TCU Plenário, trazem o seguinte:

9. Como bem colocado pela instrução, não é possível equiparar os serviços de assessoria de imprensa a serviços de publicidade, com a consequente utilização de licitação por melhor técnica ou técnica e preço, ante a vedação contida no art. 2º, § 2º, da Lei 12.232/2010, in verbis:

“Art. 2º

(...)

§ 2º Os contratos de serviços de publicidade terão por objeto somente as atividades previstas no caput e no § 1º deste artigo, vedada a inclusão de quaisquer outras atividades, em especial as de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização de eventos festivos de qualquer natureza, as quais serão contratadas por meio de procedimentos licitatórios próprios, respeitado o disposto na legislação em vigor.” [Grifo do Relator.]

10. De acordo com a instrução, o mesmo raciocínio se aplica aos serviços de media training e monitoramento de redes sociais previstos no objeto da concorrência em tela, uma vez que não se enquadram na definição de serviços de publicidade constante do art. 2º da Lei 12.232/2010.

11. A unidade técnica também contestou o argumento de que a complexidade dos serviços afastaria a possibilidade de realização de pregão. Consoante ressaltado, serviço comum é aquele que possui padrões de qualidade passíveis de serem objetivamente definidos, independentemente da sua complexidade, conforme exposto nos Acórdãos 1597/2010, 1287/2008, 313/2004, todos do Plenário. Com base na jurisprudência desta Corte proferida em casos semelhantes, a Selog defendeu que os serviços de assessoria de imprensa, media training e monitoramento de redes sociais podem ser objetivamente definidos e licitados mediante pregão.

12. No tocante ao não parcelamento dos referidos serviços, concluiu-se que não foram apresentadas razões técnicas que justificassem a medida.

13. Igualmente, a Selog entendeu que os critérios de avaliação estabelecidos pelo Conselho afiguram-se restritivos, pois, ou privilegiam empresas de maior porte, ou acabam por obrigar o licitante a incorrer em despesas a fim de efetuar as comprovações exigidas quanto a pessoal e instalações.

14. Como proposta de encaminhamento, a unidade técnica sugeriu que esta Corte determine a anulação da Concorrência 1/2016 para que o Cofen proceda à correção do instrumento convocatório.

15. Avalio ter ficado demonstrado que os serviços objeto do certame em foco devem ser licitados mediante pregão e com o devido parcelamento. Também não foi afastado o juízo quanto à restritividade dos critérios de avaliação estabelecidos. É de se notar que essas questões já estão há muito pacificadas no âmbito da jurisprudência desta Corte. Por esse motivo, acolho integralmente as propostas da unidade técnica, incorporando a respectiva análise às razões de decidir neste processo.

6.9. Por se tratar de objeto comum, onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme art. 6º, Inc. XIII, da Lei nº 14.133/2021, com base em levantamento de mercado, o tipo de solução escolhida é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e promove mais competitividade, levando em conta a economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)"

6.10. Convém ressaltar que a Administração tem acompanhado com atenção a jurisprudência emanada do Controle Externo, de forma a incorporar a seus processos de contratação os avanços e melhorias proporcionados pelos exames de casos concretos de aquisições de outros órgãos federais e, em decorrência, obtendo contratações mais seguras e eficientes. Entende-se caracterizada, no âmbito desta CGCS/PF, a natureza comum dos serviços de apoio a serem contratados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal, a Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal e a Secretaria Nacional de Políticas Penitenciárias realizaram estudos e estimaram a quantidade de postos que necessitam ser contratados, considerando a atual inexistência desses e a as demandas de serviço, resultando na tabela abaixo:

Grupo	Item	Cargo	Código CBO	Quantidade de postos
1	1	Jornalista pleno	2611-25	5
	2	Designer gráfico pleno	2624-10	3
	3	Editor de mídia pleno	3744-05	2
	4	Repórter cinematográfico pleno	2611-35	1
	5	Social media pleno	2611-25	1
	6	Revisor de textos	2611-40	2
2	7	Designer gráfico pleno	2624-10	1
	8	Editor de mídia pleno	3744-05	1
	9	Repórter cinematográfico pleno	2611-35	1
	10	Social media pleno	2611-25	1
3	11	Jornalista pleno	2611-25	2
	12	Designer gráfico pleno	2624-10	3
	13	Editor de mídia pleno	3744-05	1
	14	Repórter cinematográfico pleno	2611-35	1
	15	Social media pleno	2611-25	1
	16	Revisor de textos	2611-40	1

7.2. Não serão permitidas adesões, tendo em vista a especificidade dos serviços, a previsão de salário superior à Convenção Coletiva de Trabalho e a localidade onde os serviços serão executados.

7.3. Abaixo estão especificadas as qualificações necessárias para cada cargo:

--

Jornalista pleno	
Exigências	Pelo menos 3 anos de experiência. Curso superior concluído em Comunicação Social /Jornalismo; conhecimentos e experiência em jornalismo, redação de textos para veículos impressos e online, bem como no atendimento à imprensa; experiência em comunicação institucional na esfera pública e em organizações da sociedade civil; portfólio ou currículo documentado pessoal que comprove a experiência exigida.
Características	Criatividade, proatividade, dinamismo, disciplina, pontualidade, responsabilidade e interesse por temas jurídicos.
Atuação	Acompanhar pautas de eventos de interesse da Polícia Federal e produzir conteúdo jornalístico informativo sobre estes eventos em diferentes formatos, como matérias escritas, vídeos e áudios; alimentar o portal da PF com os conteúdos jornalísticos produzidos; intermediar o relacionamento da imprensa geral com as unidades da estrutura institucional, marcando entrevistas e acompanhando o resultado e a repercussão destas.
Designer gráfico pleno	
Exigências	Pelo menos 3 anos de experiência. Ensino superior completo em Design Gráfico, Desenho Industrial, Artes Visuais, Comunicação Social, Publicidade ou áreas afins. Domínio dos programas Adobe InDesign, Adobe PhotoShop, Adobe Illustrator, Adobe Acrobat Professional, CorelDraw, entre outros semelhantes. Portfólio ou currículo documentado pessoal que comprove a experiência exigida.
Características	Conhecimentos e experiências comprovados na elaboração e execução de projetos gráficos de média e alta complexidade; criatividade, proatividade, dinamismo, disciplina, pontualidade, responsabilidade.
Atuação	Desenvolver programação visual e diagramar peças gráficas institucionais; desenvolver identidade visual para eventos e produtos indicados pelo órgão; realizar editoração eletrônica de gráficos e tabelas; desenvolver conceitos e identidades visuais para campanhas internas e externas, projetos e eventos; desenvolver projeto gráfico para publicações institucionais; criar ícones e ilustrações; criar apresentações institucionais; desenvolver formatos e identidades visuais próprias para veiculação em redes sociais e outras mídias eletrônicas; realizar a compilação, organização e arquivamento de textos e imagens para processamento em impressão offset; capturar imagens e/ou sons (foto, áudio, vídeo) para ilustração de peças de divulgação institucional; realizar tratamento de imagens captadas disponibilizadas pela PF; produzir relatórios, entre outros.
Editor de mídia audiovisual pleno	
Exigências	Pelo menos 3 anos de experiência. Ter concluído ensino superior completo em instituição reconhecida pelo MEC e possuir conhecimentos e experiência em produção de conteúdo audiovisual, incluindo captação e edição de imagens; Conhecimento e experiência no uso e manuseio de drones; habilidades com Premiere Pro e After Effects; Portfólio ou currículo documentado pessoal que comprove a experiência exigida.
Características	Criatividade, proatividade, dinamismo, disciplina, pontualidade, responsabilidade.
Atuação	Juntar, editar e finalizar imagens de vídeo, animações e áudio para criação de conteúdos institucionais da Polícia Federal; Editar vídeos para redes sociais (Reels, TikTok e YouTube); Editar e ajustar trilhas sonoras, locução e efeitos sonoros; Integrar efeitos visuais e gráficos em vídeos; Ajustar a coloração e o brilho de cenas; Adicionar transições, inserir títulos e legendas em vídeos; Ajustar vídeos para diferentes formatos e dimensões, conforme especificações de cada plataforma; Produção de vinhetas.
Repórter cinematográfico pleno	
Exigências	Pelo menos 3 anos de experiência. Ensino superior completo. Comprovado conhecimento de cinegrafia/captação de imagens; portfólio ou currículo documentado
Características	Facilidade de integrar-se em equipe; criatividade, dinamismo.
Atuação	Acompanhar agendas oficiais, eventos ou entrevistas, conforme necessidade do órgão, para produzir material audiovisual; tratar e disponibilizar os materiais produzidos em plataformas online ou na rede do órgão.
Social media pleno	
Exigências	Pelo menos 3 anos de experiência. Formação ensino superior em Comunicação Social. Conhecimentos comprovados em mídias sociais, marketing digital, marketing de conteúdo, inbound marketing, monitoramento e relacionamento com o consumidor, métricas; noções de Google Analytics; portfólio ou currículo documentado pessoal que comprove a experiência exigida.
Características	Criatividade, proatividade, dinamismo, disciplina, pontualidade, responsabilidade.
	Sugerir pautas para a produção de conteúdo para as redes sociais da PF, bem como apoiar a

Atuação	preparação e execução do cronograma de postagens destes conteúdos; auxiliar na produção e apresentação de relatórios periódicos sobre o desempenho das redes sociais e o comportamento do público alvo, além de traçar estratégias e propor soluções com base nesses relatórios; elaboração de roteiros e produção de conteúdos para redes sociais; realização de transmissões ao vivo nas redes do órgão.
Revisor de texto	
Exigências	Pelo menos 3 anos de experiência. Ensino superior completo em Letras, Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade, ou áreas correlatas em instituição reconhecida pelo MEC, ou ensino médio completo acompanhado de curso técnico ou de profissionalização na área de revisão, com carga horária mínima de 100 (cem) horas-aula. Conhecimento em normas da língua portuguesa, técnicas de revisão e padronização textual, incluindo adequação a manuais de redação institucional.
Características	Conhecimentos e experiências comprovados em revisão de textos de média e alta complexidade. Atenção aos detalhes, organização, criatividade, proatividade, disciplina, pontualidade, e responsabilidade. Capacidade de trabalhar sob prazos rigorosos e em equipe multidisciplinar.
Atuação	Revisar e adequar textos institucionais, relatórios, manuais, comunicados, peças de comunicação visual e publicações internas ou externas. Corrigir erros gramaticais, ortográficos e de estilo, conforme as normas da língua portuguesa e o manual de redação do órgão. Garantir a consistência e a padronização de textos em todas as comunicações institucionais. Realizar análise crítica dos conteúdos para aprimorar clareza, coesão e coerência. Apoiar na organização e revisão final de textos para veiculação em campanhas institucionais, publicações impressas e mídias eletrônicas. Realizar a revisão e a conferência de tabelas, gráficos e outros elementos visuais integrados aos textos. Assegurar conformidade com requisitos de acessibilidade e usabilidade em conteúdos destinados à web. Desenvolver relatórios de qualidade textual e colaborar em processos de melhoria contínua da comunicação escrita.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.561.307,96

8.1. Para a estimativa do valor da contratação, foram realizadas pesquisas de preços praticados em contratos similares de outros órgãos públicos, CCT, painel de preços e sites de pesquisa, conforme detalhado no Mapa Comparativo de Preços.

8.2. Os valores constantes da tabela abaixo tiveram como base a planilha de custo e formação de preços elaborada por esta Equipe de Planejamento da Contratação. Nas Convenções Coletivas de Trabalho, o piso salarial se refere, em regra, aos profissionais em início de carreira e sem experiência, o que difere dos profissionais necessários para a prestação dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

8.3. Os salários dos profissionais não poderão ser inferiores aos estipulados neste ETP.

8.4. As propostas de valores mínimos de salário para cada posto constante da tabela abaixo tem como base os valores constantes de outros contratos atualmente em vigor em outros órgãos, com especificidade técnica similar ou idêntica, além da pesquisa salarial praticada no mercado, extraída do site www.salario.com.br, que utiliza como base dados do CAGED, e o site Glassdoor, plataforma internacional com dados salariais reportados por funcionários de empresas de diversos portes e setores. Os valores indicados referem-se ao período de 12 (doze) meses.

8.4.1. Esclarece-se que os contratos utilizados como parâmetro inicial para a estimativa de custos encontram-se ativos e em plena vigência, conforme demonstram os Termos Aditivos de prorrogação juntados à instrução processual. Diante das consultas realizadas, constatou-se que os valores praticados nestes contratos, mesmo em sua origem, já superavam os pisos salariais estabelecidos nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) vigentes.

8.4.2. Para garantir maior precisão da estimativa, procedeu-se com uma consulta a mercados especializados e a bases de dados setoriais, a fim de aferir a compatibilidade dos valores de referência com a realidade atual do mercado. Concluiu-se que os valores constantes dos contratos utilizados como parâmetro mantêm-se compatíveis e em linha com os praticados no mercado corrente para serviços da mesma natureza e complexidade, não sendo verificada, para este caso específico, variação significativa que justificasse alteração em relação aos valores originalmente estimados, os quais já incorporam patamar salarial vantajoso.

8.4.3. Entende-se que a planilha de custos proposta assegura a observância dos princípios da economicidade e da isonomia, estando em conformidade com as CCTs aplicáveis e refletindo adequadamente as condições de mercado.

--	--	--	--	--	--	--	--	--

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	LOCAL DE EXECUÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL 12 MESES
1	1	Jornalista Pleno	CGCS/PF (Brasília/DF)	Posto	5	R\$ 17.270,71	R\$ 86.353,55	R\$ 1.036.242,60
	2	Designer Gráfico Pleno		Posto	3	R\$ 15.794,70	R\$ 47.384,10	R\$ 568.609,20
	3	Editor de Mídia Pleno		Posto	2	R\$ 15.557,12	R\$ 31.114,24	R\$ 373.370,88
	4	Repórter Cinematográfico Pleno		Posto	1	R\$ 18.074,12	R\$ 18.074,12	R\$ 216.889,44
	5	Social Media Pleno		Posto	1	R\$ 17.893,24	R\$ 17.893,24	R\$ 214.718,88
	6	Revisor de Textos		Posto	2	R\$ 13.551,51	R\$ 27.103,02	R\$ 325.236,24
2	7	Designer Gráfico Pleno	SR/PF/DF (Brasília/DF)	Posto	1	R\$ 19.789,12	R\$ 19.789,12	R\$ 237.469,44
	8	Editor de Mídia Pleno		Posto	1	R\$ 20.686,52	R\$ 20.686,52	R\$ 248.238,24
	9	Repórter Cinematográfico Pleno		Posto	1	R\$ 24.145,76	R\$ 24.145,76	R\$ 289.749,12
	10	Social Media Pleno		Posto	1	R\$ 23.897,15	R\$ 23.897,15	R\$ 286.765,80
3	11	Jornalista Pleno	SENAPEN Brasília/DF	Posto	2	R\$ 17.270,71	R\$ 34.541,42	R\$ 414.497,04
	12	Designer Gráfico Pleno		Posto	3	R\$ 15.794,70	R\$ 47.384,10	R\$ 568.609,20
	13	Editor de Mídia Pleno		Posto	1	R\$ 15.557,12	R\$ 15.557,12	R\$ 186.685,44
	14	Repórter Cinematográfico Pleno		Posto	1	R\$ 18.074,12	R\$ 18.074,12	R\$ 216.889,44
	15	Social Media Pleno		Posto	1	R\$ 17.893,24	R\$ 17.893,24	R\$ 214.718,88
	16	Revisor de Textos		Posto	1	R\$ 13.551,51	R\$ 13.551,51	R\$ 162.618,12
VALOR TOTAL:								R\$ 5.561.307,96

8.5. Observa-se que os valores estimados para os postos da SR/PF/DF divergem dos demais, haja vista que, diferente dos outros dois locais, os funcionários ali alocados fazem jus ao recebimento de adicional de periculosidade, conforme Laudo juntado ao processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, é possível a opção pelo não parcelamento da contratação em determinados casos, conforme excerto abaixo:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade da contratação do objeto deste processo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está alinhada ao planejamento, conforme item do PCA de 2025, através da inclusão do Documento de Formalização da Demanda.

11.2. A contratação encontra-se alinhada com o Plano Estratégico 2024-2027 da Polícia Federal, que prioriza a eficiência nos processos internos e a melhoria dos serviços prestados à sociedade, tais como:

11.2.1. Transformação organizacional: A busca por uma Polícia Federal moderna e orientada por estratégia e governança reforça a importância de estruturas de apoio operacional, como as pretendidas neste processo.

11.2.2. Aprimoramento da eficiência administrativa: A contratação de serviços especializados permite liberar servidores para atividades de alta complexidade, alinhando-se à meta de maximizar a produtividade e reduzir gargalos operacionais.

11.2.3. Melhoria contínua no atendimento à sociedade: A otimização das atividades internas impacta positivamente a capacidade da Polícia Federal de cumprir sua missão constitucional de enfrentamento à criminalidade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de profissionais especializados para a Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal proporcionará maior eficiência na execução das atividades, otimizando os processos internos e elevando a qualidade das entregas. Os serviços técnicos, como revisão de textos, produção audiovisual, design gráfico e auxílio na gestão de mídias sociais, serão realizados por profissionais experientes, atendendo com precisão às demandas específicas do setor.

12.2. Essa medida também possibilitará a alocação estratégica dos servidores do setor, que poderão se dedicar a atividades mais sensíveis e estratégicas, diretamente relacionadas à missão institucional da Polícia Federal. Além disso, a contratação garantirá maior agilidade na execução de projetos, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional e o atendimento eficaz às necessidades de comunicação interna e externa.

12.3. Por fim, ao assegurar a dedicação exclusiva dos profissionais e o cumprimento de requisitos técnicos específicos, a contratação proporcionará maior controle sobre a qualidade dos serviços prestados, alinhando-se às exigências do órgão e às expectativas da sociedade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Planejar o cronograma das contratações, com o levantamento necessário para atender às necessidades da Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal.

13.2. Consolidar as demandas do setor de comunicação social, detalhando os serviços e postos de trabalho necessários.

13.3. Realizar cotações com empresas especializadas, considerando as especificações técnicas e os salários baseados nas convenções coletivas aplicáveis, bem como analisar outras contratações similares de órgãos públicos.

13.4. Comparar as soluções possíveis e justificar a escolha pela realização de pregão eletrônico, com base na eficiência e no atendimento às necessidades do órgão.

13.5. Estruturar o documento com as especificações dos serviços, quantitativos, e critérios de julgamento, assegurando clareza e conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

13.6. Submeter o estudo técnico preliminar e o termo de referência às instâncias competentes para análise e providências cabíveis.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação em tela pode ter impactos positivos e negativos, conforme descrito abaixo:

14.1.1. Positivos:

14.1.1.1. Redução de deslocamentos desnecessários: A contratação de profissionais dedicados ao setor poderá reduzir a necessidade de deslocamentos de servidores entre diferentes unidades, diminuindo emissões de gases poluentes.

14.1.1.2. Digitalização de processos: A atuação de profissionais especializados pode incentivar a produção e distribuição de conteúdos em formatos digitais, reduzindo o uso de papel e outros insumos físicos.

14.1.2. Negativos:

14.1.2.1. Consumo de energia elétrica: O aumento do número de profissionais atuando no setor pode gerar maior consumo de energia em equipamentos como computadores, impressoras e sistemas de climatização.

14.1.2.2. Produção de resíduos: Atividades relacionadas à produção audiovisual e gráfica podem gerar resíduos sólidos, como sobras de materiais de impressão ou embalagens de insumos.

14.1.3. Mitigação:

14.1.3.1. Implementação de práticas sustentáveis, como uso de energia eficiente, gerenciamento responsável de resíduos e priorização de meios digitais para comunicação e divulgação.

14.1.3.2. Sensibilização dos profissionais contratados para adotar comportamentos que minimizem os impactos ambientais das atividades executadas.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da Contratação, fundamentada nos tópicos do presente ETP, considera viável a contratação, uma vez que os serviços de apoio à Coordenação-Geral de Comunicação Social da Polícia Federal são necessários ao bom andamento das atividades desenvolvidas na unidade, apresentam solução adequada no mercado, além de não ter sido identificado nenhum fator impeditivo para sua realização.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARINA DUTRA DE OLIVEIRA

Equipe de apoio

MARCIO ALVES DE OLIVEIRA SILVA

Equipe de apoio

ISABELA CERRI BERTOLINO

Equipe de apoio